Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília **Class.:** 161

Data: 02/03/93 **Pg.:**

Demarcação indígena gera polêmica

ZENAIDE AZEREDO

A primeira demarcação de território indígena feita em 1993 — área de Cachoeira Seca, dos índios Arara — está se transformando numa questão indígena sem precedentes, devido à determinação do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, de voltar atrás nos limites fixados pela Funai e que ele próprio aprovara em portaria publicada no Diário Oficial da União,a do dia 25 de janeiro.

A área tem 760 mil hectares e está localizada nos municípios de Altamira, Rurópolis e Uarará, no Pará. De acordo com levantamento feito pela Funai e Incra, em 1992, havia 376 famílias de posseiros dentro do território Arara, sugerindo, nesse caso, que as famílias fossem reassentadas em outra localidade. Esses dados, no entanto, não coincidem com a mensagem enviada ao ministro Maurício Corrêa pelos prefeitos das três cidades, onde, segundo eles, estariam trabalhando cerca de três mil pessoas. Em função desses dados, Maurício Corrêa decidiu revogar sua portaria, pedindo à Funai uma reavaliação da área.

Isso foi suficiente para que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à CNBB, divulgasse uma nota contra a política indigenista do Governo, a quem acusou de "tentar apaziguar situações politicamente incômodas, negociando os direitos indígenas".

Assessores de imprensa do Ministério da Justiça confirmaram a edição da primeira portaria, bem como sua revogação, adiantando, inclusive, que o ministro Maurício Corrêa já teria assinado uma segunda portaria de demarcação do território Arara, atendendo pedido dos colonos. Isso porque, disseram, uma vila agrícola estaria dentro do território. Segundo um dos porta-vozes, o ministro teria adotado um sistema de compensação, mantendo os mesmos 760 mil hectares, só que fora da área dos posseiros.